

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

EVELIN CARVALHO DE SOUSA

**A OCUPAÇÃO DO PÚBLICO FEMININO NA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES: perspectiva social e histórica**

Goiânia-GO  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### **1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Evelin Carvalho de Sousa

Título do trabalho: A OCUPAÇÃO DO PÚBLICO FEMININO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVA SOCIAL E HISTÓRICA

### **2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento** [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### **Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Lopes De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 19/09/2022, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº](#)



Documento assinado eletronicamente por **EVELIN CARVALHO DE SOUSA, Discente**, em 14/10/2022, às 07:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3201768** e o código CRC **B3A1F0B5**.

EVELIN CARVALHO DE SOUSA

**A OCUPAÇÃO DO PÚBLICO FEMININO NA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES: perspectiva social e histórica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa.Dra. Fabiane Lopes de Oliveira

Goiânia-GO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sousa, Evelin Carvalho de  
A OCUPAÇÃO DO PÚBLICO FEMININO NA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES: [manuscrito] : perspectiva social e histórica / Evelin  
Carvalho de Sousa. - 2022.  
XXXIII, 33 f.

Orientador: Prof. Dr. Fabiane Lopes De Oliveira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia,  
2022.

Inclui abreviaturas, gráfico.

1. Feminização. 2. Gênero. 3. Sociedade. 4. Formação. I. Oliveira,  
Fabiane Lopes De , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A OCUPAÇÃO DO PÚBLICO FEMININO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVA SOCIAL E HISTÓRICA”, de autoria de Evelin Carvalho de Sousa, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Fabiane Lopes de Oliveira (FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Helou Gomide (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Lopes De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 14/09/2022, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em 15/09/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3179593** e o código CRC **EEA7D860**.

Referência: Processo nº 23070.049685/2022-88

SEI nº 3179593

## **RESUMO**

O presente trabalho visa a colaborar com os estudos científicos tendo como objetivo geral relacionar as questões de gênero e as ocupações dos públicos femininos às formações de professores, bem como as inquietações dos gêneros feminino e masculino à atuação docente e aos espaços formativos, compreendendo de modo social, político e histórico como foi organizada a demarcação da feminização desses espaços nas variadas derivações de contextos não lineares da temática. Também, trata das pautas de lutas femininas no contexto educacional e de formação, mostrando espaços os quais necessitaram, historicamente, de frentes de resistências e de lutas para que as construções de direitos educacionais fossem viabilizadas. O trabalho tem como foco compreender essas questões a partir da metodologia de pesquisa qualitativa com base na análise bibliográfica de livros, teses e artigos científicos, e quantitativa, considerando os dados nacionais e levantamentos feitos por órgãos de competências educativas, além de análise de dados, possibilitando compreender que, de fato, os cursos de formação de professores passaram por um processo de feminização, tanto na estruturação social quanto em números. Tal resultado se evidenciou indispensável para levantar questionamentos do que ainda se reitera no contexto de gênero na formação de professores e na área da educação.

**Palavras-chave:** Feminização. Formação. Gênero. Sociedade

## **ABSTRACT**

This paper aims to collaborate with scientific studies with the general objective of relating to gender issues and the occupations of female audiences in teacher training the concerns of female and male genders in teaching activities and in training spaces, understanding in a social, political and historical manner how the demarcation of the feminization of these spaces was organized in the various derivations of non-linear contexts of the issue. It also deals with the guidelines of women's struggles in the educational and training context, spaces that historically need fronts of resistance and struggles for the construction of educational rights to be made viable. The work focuses on understanding these questions from the qualitative research methodology based on bibliographic analyzes of books, theses and scientific and quantitative papers considering national data and surveys carried out by educational competence bodies and data analysis made it possible to understand that. In fact, teacher training courses have gone through a process of feminization, both in terms of social structure and numbers, a result that was essential to raise questions about what is still reiterated in the context of gender in both training and education.

Feminization. Gender. Formation. Society



## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1 O PAPEL DA MULHER ENQUANTO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES TEMPORAIS</b>	<b>13</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2 A MULHER NA SOCIEDADE ATUAL	18
<b>2 A PRECONIZAÇÃO DO FEMININO E MASCULINO E OS DADOS DOS ESPAÇOS FORMATIVOS BRASILEIROS</b>	<b>21</b>
2.1 QUESTÕES DE GÊNERO	23
2.2 A CARACTERIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE: A PRESENÇA FEMININA E A AUSÊNCIA MASCULINA	26
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

Para compreender a presença da mulher nos cursos de formação de professores, faz-se necessário o debate, a observação da história, a manifestação da sociedade ao longo do tempo e de qual modo ou forma aconteceu essa caracterização da feminilização na profissão de professor/a, a ausência da presença masculina dentro da área acadêmica e da participação da docência viabilizada ao sexo feminino, principalmente nas áreas dos trabalhos em educação infantil.

Adentrando um pouco ao processo histórico, toma-se como ponto de partida, neste estudo, o século XVIII, momento no qual as bases educacionais foram sendo construídas com o ideal da mãe como primeira educadora. Assim, mulheres, dentro de suas casas, tinham seu papel designado à educação, cuidados relativos à alimentação, e, desde então, cria-se uma ideia de que a mulher é quem acompanha mais de perto sua criança se comparada à figura paterna. Destaca-se um trecho de Rousseau, em Emílio ou da Educação, corroborando a afirmação da mãe como primeira educadora:

A educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o Autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentarem as crianças. Falarei, portanto, às mulheres, de preferência, em vossos tratados de educação; pois além de terem a possibilidade de para isso atentar mais de perto que os homens, e de nisso influir cada vez mais, o êxito as interessa também muito mais, porquanto em sua maioria as viúvas se acham quase à mercê de seus filhos e que então precisam sentir, em bem ou mal, o resultado da maneira pela qual os educaram. As leis, sempre tão preocupadas com os bens e tão pouco com as pessoas por terem como objetivo a paz e não a virtude, não outorgam suficiente autoridade às mães. (1991, nota 1, p. 9-10)

Já a construção histórica do processo educacional infantil no Brasil posta em prática com os Jesuítas Padres Nóbrega e Anchieta, secundados por Leonardo Nunes, Antônio Pires, Azpilcueta Navarro, Diogo Jácome, Vicente Rijo Rodrigues, Manoel Paiva, Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues, Lorenço Braz, Ambrósio Pires, Gregorio Serrão, Antônio Blasques,

João Gonçalves e Pero Correia (SAVIANI 2013 p.47) configuram um modelo pedagógico com significativo objeto religioso do período de 1800.

Conforme a chegada da modernização e da industrialização entre os séculos XIX e XX, a educadora passa a assumir a função de auxiliar no cuidado da criança junto à dona de casa. A mulher deixa de ocupar o espaço da casa e adentra as fábricas. No entanto, continua vinculada aos cuidados básicos infantis, como é possível observar na literatura de Soares e Silva:

Com o passar do tempo, as primeiras instituições de atendimento à criança pequena no Brasil foram se fortalecendo. No século XIX, as creches eram reconhecidas na sociedade por desenvolverem um trabalho assistencialista, mesmo sem receber investimento do governo. Muitas delas sobreviviam com a ajuda financeira da própria sociedade civil. As instituições de atendimento à criança eram os lugares mais apropriados para as crianças permanecerem enquanto os pais estavam trabalhando, sendo vistas como um mal necessário. (2016, p.4)

O objeto que propiciará a educação retorna, assim como na época do pensamento de Rousseau, a ser efetivado pela figura feminina. Logo, é precisamente compreensível que o papel da educadora do lar seja estendido a outra mulher, agora nas creches, substituindo a visão da mãe em tempo constante. Vale destacar, assim, que, nas décadas de 1940 a 1980 do século XX, a visão padrão de família era tida com o homem como trabalhador e provedor do lar, enquanto cabia à mulher a educação dos filhos, visão que foi levada às creches das fábricas, que eram locais vistos como lares e não espaços educativos. Como reflexo, há, ainda hoje, essa perspectiva como afirma Arce:

A não valorização salarial, a inferioridade perante os demais docentes, a vinculação do seu trabalho com o doméstico, o privado e a deficiência na formação aparecem como resultado, entre outros fatores, dessa imagem, que traz na sua base a divulgação de uma figura que não consegue desvincular-se dos mitos que interligam a mãe e a criança. (2001, p.67)

Nos documentos nacionais que reforçam e defendem a educação como direito, a LDB (Lei n. 9.394 de 1996) ressalta a educação infantil a uma

posição evidenciada e instaura um novo modelo: a demanda de atender e de educar a criança com sua família e a comunidade na qual está inserida.

No entanto, ainda se depara com a condição paradoxal da educação infantil ser uma profissão preferencial às profissionais do sexo feminino e que remete basicamente ao cuidado com as necessidades biológicas das crianças. Cuidado esse relacionado à alimentação, às trocas e ao carinho, realidade que propicia que sejam, às vezes, colocadas de lado a educação e a formação que são mencionadas dentro das instituições de ensino e documentos nacionais.

Observando a condição histórica dos fatos e das contradições presentes, é que se faz necessária a investigação da tese levantada de que o número de mulheres possa ser maior se comparado ao número dos homens que adentram os cursos de formação de professores, embasando-se na complexidade de como um passado marcado pela delimitação do papel da mulher na sociedade e à frente do cuidado infantil pode fragmentar a profissão em preferências de gêneros, dando margem à ocupação do curso de formação de professores a um gênero específico.

O presente tema se originou quando da transição do curso de Ciências Biológicas, adentrei o curso de Pedagogia. Houve um intenso estranhamento das turmas de diversas disciplinas. Para uma melhor contextualização, fui matriculada no curso de Pedagogia após cursar Licenciatura em Ciências Biológicas, momento no qual pleiteei os processos de aproveitamento de disciplinas da área educacional ofertadas em ambos os cursos. Nesse trajeto acadêmico, não acompanhei somente uma turma fixa, transitei entre os diversos períodos nas diferentes disciplinas do curso, quando notei grande parte do corpo estudantil sendo composto por estudantes do sexo feminino.

O estranhamento foi além, ou seja, após adentrar o mercado de trabalho, pude observar os cursos de especialização, as empresas de contratação de estagiários, as coordenações sempre remetendo seus chamados ao público feminino, inclusive palavras como 'professora', 'alunas', 'tias', 'as bolsistas' dentre tantas outras, que configuram supostos endereçamentos aos públicos a quem se quer alcançar. É possível questionar, inclusive, a matriz histórica de onde se originam as famosas perguntas nas entrevistas para os cargos de pedagogas: 'Você gosta de crianças?' Como se

gostar ou não fizesse parte da composição ou da classificação para o mercado de trabalho, mesmo ainda na forma de estagiária remunerada.

Foi possível, com essa temática, debruçar-me em debates que delimitam a profissão docente essencialmente como feminina, uma vez que, na realidade dos fatos, nos documentos nacionais, nas implementações curriculares, na delimitação curricular de formação do(a) profissional Pedagogo(a), o cuidado com a criança não está delimitado à figura do sexo feminino ou masculino.

Falar sobre a ocupação e as demandas em números, tendo como lócus os gêneros nos cursos de formação, é relevante para compreender qual reflexo social ainda se carrega quando diz respeito à atuação docente e às suas características, bem como os desafios da realidade social no campo pedagógico, levando em consideração que o ambiente escolar foi dividido por gêneros, as prateleiras escolares ainda possuem brinquedos separados para meninos e para meninas, as profissões na jornada profissional é dividida por gênero, remetendo essas questões também às perguntas nas contratações se as professoras gostam de crianças.

Dessa feita, faz-se necessário traçar o caminho histórico educacional que o Brasil percorreu no campo da educação para compreender-se a feminização de cursos de formação de professores, os acontecimentos durante os séculos que levaram à culminância como as diversas atribuições da figura feminina se destacam e tomam o papel principal na área da Pedagogia e da formação de Professores.

Elucidar essas questões e trazê-las ao debate é mais uma forma de compreender a situação vivenciada, questionando de maneira crítica sobre a mesma, colaborando com a sociedade quanto ao repensar e ao problematizar esses conceitos que já não se encaixam mais com a realidade formativa e educacional da Pedagogia. Essa área de conhecimento não se configura como um espaço profissional para o sexo feminino, mas sim como um espaço que viabiliza a formação de profissionais da educação que posteriormente trabalharão e atuarão com questões de cuidados e desenvolvimento humano de sujeitos, cidadãos e indivíduos que têm as suas particularidades e individualidades.

Como objetivo geral, o presente trabalho de conclusão de curso propõe-se a: problematizar, historicamente, como o espaço formativo na formação de professores, majoritariamente, foi se tornando ocupado por um número maior de mulheres, compreendendo como a organização do patriarcado, a feminização processual da profissão de pedagogia e os processos sócio-históricos trouxeram à tona a ocupação desse público no curso nos diversos âmbitos contextuais e não lineares da temática.

Como objetivos específicos, visa a compreender o papel da mulher em sua trajetória histórica social na formação de professores; analisar os dados nacionais, os números e as estimativas mais recentes com relação ao público ocupante dos espaços pedagógicos e acadêmicos na formação de professores, além de investigar as inquietações de ambos os gêneros com a atual organização estrutural e social.

O presente estudo tem como característica uma análise quantitativa e qualitativa relacionada à demarcação preponderante do público feminino dentro dos espaços de formação de professores. Conforme afirma Severino:

Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está se referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas. (2007, p.119)

Investigaram-se, dessa forma, as questões de gênero, as organizações e os levantamentos de dados nacionais como dados do Censo, Censo da educação infantil vinculados aos números do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatísticas (IBGE) e uma pesquisa relacionada aos quantitativos docentes brasileiros bem como se realizou uma pesquisa bibliográfica. Essa, segundo Macedo (1994), tem seu conceito restrito, sendo que é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam ao

problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédias, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses entre outras), além do respectivo fichamento das referências para posterior identificação do material referenciado ou bibliografia final.

O trabalho organiza-se, em um primeiro momento, delimitando e problematizando o tema em questão, colocando em evidência os diversos debates que há em relação a esse assunto, estudos que há na área conforme o andamento da sociedade e as relações socioculturais acerca do assunto.

O estudo da ocupação da mulher na formação de professores tratou de assuntos gerais como a construção do(a) profissional pedagogo, as relações de gênero e as demandas de trabalhos para ambos os gêneros, as documentações, os possíveis desdobramentos e as mudanças que os tempos atuais e as lutas feministas trouxeram em colaboração com o presente tema. As análises textuais relacionadas ao objeto de pesquisa se tornarão fontes temáticas, trazendo a possibilidade de que se possa trabalhar partindo dos auxílios escritos dos autores, e, também, dos estudos analíticos presentes nos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

A LDB de 1996, regulamenta o acesso da educação nos níveis básicos, fundamentais, médios e superiores, também regulamenta e padroniza o modelo de ensino educacional no país. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1990, regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes e assegura as questões próprias da infância e da adolescência, não diferenciando, em nenhum momento, ou delimitando a preferência e a essencialidade de um profissional homem ou mulher para atuar na educação infantil.

Os documentos não excluem ou delegam preferências de sexo para o desenvolvimento do trabalho docente do pedagogo(a). No entanto, existe uma conformidade social, na qual se pretendeu investigar, nos contextos da formação e na continuidade da carreira docente, de modo que não se apresenta como posta nos documentos. A mesma suscita discussão quanto à reiteração e à vivência desse paradigma, como uma tradição dos séculos passados enraizada até hoje nas práticas e nas vivências escolares, em que o capitalismo se apropria dessa lógica e sobrevive dessas relações desiguais de

poder, isto é, o poder sobre a mulher aparece como dominação, reforçando a divisão de trabalhos em gêneros.

Analisaram-se artigos, literaturas, documentos que retomam o estigma e a aproximação da mulher e a reclusão do homem com o público infantil na área educacional dentro de uma análise histórica e social.

A seguir, apresenta-se o Trabalho de Conclusão de Curso, com as temáticas levantadas com o intuito de buscar respostas às inquietações trazidas acima. No primeiro capítulo, apontam-se questões sobre as transformações sociais e históricas e de qual modo a mulher se encaixa nesse contexto, tendo como base inicial o período colonial até os dias atuais, momento no qual a mulher representa parte majoritária no cenário de formação docente e no contexto educativo principalmente na atuação com o público infantil.

No segundo capítulo, organizou-se uma pesquisa de caráter quantitativo direcionada pelos dados do Censo e INEP que apresentam constatações relacionadas aos números de docentes nos espaços formativos e nas áreas de atuação educativa, traçando relações com problemáticas atuais de gênero dos sujeitos docentes e uma problematização quanto à ausência masculina em tais espaços e as inquietações morais da sociedade acerca do trabalho masculino e o distanciamento do homem na formação e na prática da docência.



# **1. O PAPEL DA MULHER ENQUANTO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES TEMPORAIS**

O papel da mulher na sociedade, ao longo da história, nem sempre foi o de ocupar os espaços públicos e o mundo do trabalho. Contudo, ao longo da trajetória social, percebe-se que a ocupação do feminino na sociedade é uma realidade, visto que as mudanças sociais ocorridas acabam por configurar novas frentes de atuação da mulher, criando um cenário de sua participação. Neste capítulo, será retratada uma breve contextualização sobre o lugar que a mulher conquistou e como ela ocupa esse espaço na sociedade.

## **1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

É possível destacar que nem sempre, na história e no percurso educacional do Brasil, o cenário foi na maioria de educadoras. Para tanto, leva-se em consideração, nesta pesquisa, um cenário do Brasil Colônia na transição dos séculos XVIII e XIX, na qual os primórdios educacionais tinham como característica uma educação organizada pelo masculino, sendo um princípio de educação de meros interesses territoriais, catequéticos e econômicos.

Ainda dentro desse aspecto, destacam-se instituições pioneiras com professoras mulheres e currículos destinados à educação das mulheres, isto é, as Escolas Normalistas, iniciadas por Padre Cacique, em 1877, no Rio Grande do Sul, o Colégio Sevigné, criado por Emeline Courteilh, trazido para o país com influências francesas de educação destinado somente para mulheres, tendo continuidade em gestão feminina de freiras até o período de 1944, quando foram municipalizadas as Escolas Complementares, criadas em 1906 com uma proposta de competência curricular mais elaborada, desvinculadas do poder público e de caráter privado.

Essas marcam a transição da educação dos homens para as mulheres, uma vez que a educação que se ofertava às crianças do período não

possuía as regulamentações de hoje, nem os parâmetros de currículo, estudos, atribuições sobre a profissionalização docente regulamentados por documentos e parâmetros nacionais, além do que se conhece atualmente como educação. Ainda assim, levam-se em consideração os fatores sociais, econômicos, políticos, históricos, como práticas que conduziram a educação e os movimentos propulsores que ajudaram a construir os degraus que se conquistaram hoje no que tange aos parâmetros da educação.

Trazidos de Lisboa, os meninos órfãos foram o corpo docente do Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia. Têm-se, na trajetória temporal, o século XIX, que contou com a primeira fase do plano jesuítico, o qual mantinha como meta instruir os indígenas, estendendo uma série de colégios pelos interiores brasileiros até na área paraguaia, onde haveria também um plano para um “[...] projeto de educação para o sexo feminino[...]” que fora rejeitado. (SAVIANI, 2013, p.43),

No plano educacional jesuíta, as instituições criadas voltaram seus atendimentos somente aos meninos, e o primeiro contato educacional brasileiro, tendo um caráter assistencial e de caridade, tratou de trazer os meninos órfãos da província de Portugal para, posteriormente, ter acesso aos meninos indígenas e posteriormente à tribo. Uma vez havendo o contato com as crianças seria mais fácil o acesso e a doutrinação da fé católica também para os pais, assim como destaca Saviani:

A principal estratégia utilizada para a organização do ensino, tendo em vista o objetivo de atrair os “gentios”, foi agir sobre as crianças. Para isso se mandou vir de Lisboa meninos órfãos, para os quais foi fundado o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia e, depois, o Colégio dos meninos de Jesus de São Vicente. Pretendia-se, pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os Caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica (2013, p.43).

Caminhando ainda no período temporal dentro do século XIX, nos anos de aproximadamente 1870, destaca-se, de maneira majoritária, a criação das Escolas Normais sob influências europeias. Essas puderam ser consideradas grandes propulsoras da entrada e da divisão de sexos da história da escolaridade. A escolarização, em linhas gerais, foi, por muito tempo, separada por sexo, com turmas e escolas separadas por feminino e masculino, em que as delimitações do currículo e a finalidade do curso não foram inicialmente

pensadas para atender um público com os parâmetros de qualidade que estipulados legalmente nos dias de hoje.

As Escolas Normais tinham caráter filantrópico, e o objetivo formativo não era superar a realidade das futuras professoras, mas sim oportunizar uma maneira de adentrar o mercado, de acordo com Souza e Melo (2018), como segue ainda abaixo

Nos anos posteriores, a escola normal manteve sua hegemonia no que diz respeito à formação de professores para atuar no ensino primário. De acordo com Saffioti (1976), foi somente no ano de 1953 que o ingresso da população feminina no curso de Pedagogia foi liberado. Já na educação infantil o mito da educadora nata era bem mais presente, e apesar de existirem cursos de magistério em nível médio, o que se observava na prática era que, para trabalhar nas instituições de educação infantil, o único requisito exigido era saber ler e escrever. (p. 699)

Considera-se as escolas que separavam os discentes por gêneros como um divisor de águas na organização estrutural da divisão do trabalho docente, levando-se em consideração as estruturas docentes e discentes, em que a divisão de turmas e de docentes por gênero demarcaram e criaram as raízes sociais no âmbito pedagógico, assim como Castanha (2015) esclarece:

É possível afirmar que a introdução das escolas mistas interferiu no processo de feminização do magistério, estimulou a criação de escolas normais femininas e, ao mesmo tempo, impôs mudanças na base legal, favorecendo o ingresso das mulheres no magistério. (p. 209)

Delimitam-se as separações das escolas por gêneros que organizaram as instituições de alunas mulheres e aparecem as formações assistencialistas que dão oportunidades às mulheres de terem suas entradas facilitadas no mercado de trabalho. Tal questão denota relevância, visto que o sistema capitalista se apropria, de modo oportuno, da fragilidade, de uma formação de caráter assistencial, voltado ao cuidado e é nessa lógica que a profissionalização e a remuneração ficam atreladas à desvalorização profissional, assim como afirma Ramos (2020):

Do ponto de vista do Método Materialista Histórico Dialético, toma-se o desenvolvimento da revolução industrial como emblema para o processo de configuração da lógica capitalista que alterou substancialmente a relação do trabalho humano. Nessa lógica, à medida que a sociedade ia se transformando, o trabalho ganhava mais espaço e se configurava como principal mercadoria que o caracterizava como mecanismo de geração de valor e acumulação capitalista. (p.34)

Quando se adentra o século XX, há intensos movimentos no Brasil, sendo o período demarcado nacionalmente como a era industrial. É nesse momento que a mulher aparece com mais frequência nos cenários operários e a criança se aproxima também desse. Finco, Gobbi e Faria (2015).

Observa-se que o discurso com o qual a educação do século XX está dialogando já deixa clara uma necessidade do gostar das crianças, de levar jeito, da posição casta da professora, que é uma construção que se desenha ao longo dos anos de implementação da educação no Brasil.

Assim, o mercado acaba por abraçar a entrada da mulher na área educacional como mais uma via de mão de obra barata nas organizações contratuais e mais uma maneira de cerceamento e de controle das ações e dos corpos femininos, assim como pontua Straiotto (2017, p.37): “No Brasil, no início do século XX, já se encontra consolidado um discurso que associava o ensino primário com os aspectos considerados ‘próprios do feminino’: amor às crianças, abnegação, delicadeza.” Finco, Gobbi e Faria (2015) pontuam que: “O feminismo dos anos de 1970 enfrentou, desde seus passos iniciais, a questão da divisão sexual desigual do trabalho fora e dentro de casa” (p. 24).

É possível traçar observações de um reflexo social em que as escolas dividem seus discentes e docentes em classificações de gênero e ver a concordância de um mercado que segrega os trabalhos também em gêneros.

De maneira sócio-histórica, existiram articulações femininas na exigência ativa de seus direitos nos âmbitos trabalhistas e também na articulação dos direitos educacionais infantis. Mesmo que não haja parâmetros iniciais do que seria essencialmente qualidade de educação, a pauta era a necessidade da mulher operária com relação à assistência e ao cuidado com a criança enquanto ela trabalhava,

Embora de início se reivindicasse a creche sem uma reflexão maior sobre o seu significado, no decorrer da luta o próprio feminismo descobriu que a creche é um direito da criança pequena à educação, o que não era assim entendido no início da construção da bandeira. Foi uma construção coletiva na qual as mulheres passam a inventar uma creche ideal (FINCO GOBBI, FARIA, 2015 p.28.)

O conservadorismo não considerou bem essa abertura de direitos às mulheres, pois essa margem favorece os interesses das trabalhadoras, no entanto, houve acordos comuns de que o ambiente de trabalho seria mais produtivo se a mulher estivesse voltada, de maneira integral, ao trabalho. Assim pontuam Finco, Gobbi, Faria:

A primeira preocupação com a educação da pequena infância operária andreense vincula-se ao Partido Comunista- PC, cuja luta operária, nos anos de 1930, contribuiu significativamente na formação de grandes lideranças sindicais, de forma a fazer frente às péssimas condições de trabalho e salários oferecidos aos trabalhadores e trabalhadoras cuja jornada era maior e o ganho menor que aqueles pagos aos homens (CUT, 1989), questões ainda bem atuais em relação ao trabalho feminino. (2015, p.28.)

Fez parte do contexto histórico educacional a abertura da área pedagógica às mulheres, assim como afirma Straiotto:

A História da Educação demonstra que a partir do século XIX, o espaço escolar, antes masculino se abriu às mulheres, tornando a docência um campo de trabalho preponderantemente feminino. Todavia, diferentemente dos demais níveis escolares, a Educação Infantil, seguiria uma trajetória diferente dos demais níveis de ensino porque, desde o seu surgimento foi entendido como espaço da mulher. Reforça-se a figura feminina como cuidadora das crianças pequenas, mesmo com a transformação do ambiente escolar em espaço do cuidado e também da educação. (2017, p.24)

Nesse tópico, faz-se uma breve contextualização do cenário educacional do Brasil sendo encaminhado à ocupação do público feminino nos cursos de formação de professores, sendo que nem sempre, no âmbito educacional, o quadro se fez somente de mulheres, assim como se pode observar no contexto do Brasil Colônia com o adentramento e as expedições Jesuíticas, a não linearidade temporal e as organizações sócio-históricas caminham para uma

organização mercantil que se baseia na organização da sociedade. No modelo de acúmulo de bens, as fábricas e a modernização compõem um cenário de feminização do magistério, o campo educacional que sempre tem em seu reflexo as questões sociais abre espaço para a mulher à frente do trabalho pedagógico.

A estruturação do espaço escolar passa por diversas fragmentações discentes e docentes no quesito de gênero e as atribuições do ideal feminino como mãe, cuidadora, assistencialista ficam demarcadas e sobrepostas ao papel da professora. O mercado e a sociedade patriarcal se apoderam dessa questão, abrindo espaço para o controle dos corpos, o controle de valores sociais quanto às atribuições das mulheres e o cerceamento da profissão docente como uma profissão científica. Também é preciso levar em consideração o distanciamento do homem quanto às questões de cuidados, que caracterizam um pequeno fragmento histórico sobre o passado que atravessou as questões de cultura, as interações sociais e econômicas e as disparidades e as emergências do que se dava na educação.

## 1.2 A MULHER NA SOCIEDADE ATUAL

No contexto social atual, a menção do gênero nos diversos estudos e pesquisas que se realizam é uma pauta relativamente nova. Diversos materiais que traziam como tema o percurso do feminino, trocaram seus títulos de mulheres para o uso do termo gênero. Assim, com a disseminação das pesquisas e estudos sobre sexualidade, o uso da menção de gênero facilitou a distinção da prática das atribuições do que é ação feminina e masculina (STRAIOTTO, 2017 p.28.)

As mulheres ainda hoje vivenciam realidades em que os espaços possuem muitas violências. Nas relações em geral, há diversas cobranças sobre ser mulher. A partir dessa a visão, as autoras Berger, Barbosa, Soares e Bezerra propuseram grupos de estudos pedagógicos denominados 'Oficinas de Reflexão', nas quais houve relatos das inseguranças do grupo feminino a respeito de questões de trabalho assim como se pode acompanhar no fragmento abaixo:

No plano pedagógico, as experiências das mulheres em grupos de reflexão, onde as (difíceis) vivências relacionadas ao corpo e à sexualidade, as conflituosas relações sociofamiliares e a problemática inserção no mundo do trabalho eram compartilhadas, problematizadas e, assim, compreendidas enquanto processos sociais amplos que afetam todas as mulheres consubstanciaram-se em uma proposta educativa, cunhada como “oficinas de reflexão”. (BERGER; et al. 2022, p.1245)

Considerando o berço estrutural da feminização do magistério como os espaços formativos da Escola Normal, dá para concluir alguns apontamentos, como a precarização do currículo, a condução do magistério como atividades vinculadas ao lar assim como afirma Castanha: “Não resta dúvida de que o maior número de alunos que procurava a escola normal era de mulheres, mas não nos iludamos com os números, pois os concluintes ainda eram muito poucos”. (2005, p.4).

Portanto, os processos de formação inicial era uma das faces da feminização do magistério. Ao lado deles, os agentes da política educacional atuavam construindo discursos de sentido feminizador para atrair alunas para a profissão, remunerando-as diferenciadamente, para menos, em relação aos professores homens. Em tais discursos, destaca-se o sentido de domesticidade e maternagem associado às mulheres professoras para instituí-las neste espaço público. No período de instalação da Escola Normal, entretanto, não encontramos registros que indiquem no currículo sinais de domesticidade e maternagem. O proferimento feito pelos governantes era uma forma de dar significado e construir a imagem de professora nessas duas dimensões. (WERLE, 2005, p. 617)

A estruturação da divisão de gênero no trabalho tem fortes influências da era industrial, Finco, Gobbi, Faria (2015) descrevem: “O feminismo dos anos de 1970 enfrentou, desde seus passos iniciais, a questão da divisão sexual desigual do trabalho fora e dentro de casa.” (p. 24). A questão de gênero persiste nos diversos ambientes de trabalho, sendo interessante observar, como nos dias atuais, a estruturação trabalhista segregada para mulheres e homens tem sua demarcação ainda arraigada remetendo a divisões trabalhistas propostas nos últimos dois séculos passados.

A condição estrutural da mulher no campo educacional traz aspectos de ocupações dos públicos femininos nos cursos de formação de professores quanto ao aspecto histórico, quanto às demandas sociais e econômicas, nas interações capitalistas e nas necessidades de mercado. É possível compreender que o esgotamento do assunto não é viabilizado totalmente nesta pesquisa pela dimensão estrutural da complexidade das questões atribuídas e às organizações da sociedade como um todo.

Para se analisar melhor as questões em números e os dados desse questionamento, o capítulo dois trará pesquisas dos números quantitativos dos números de professores por gêneros no Brasil.



## **2. A PRECONIZAÇÃO DO FEMININO E MASCULINO E OS DADOS DOS ESPAÇOS FORMATIVOS BRASILEIROS**

Para quantificar os números de mulheres que ocupam os cursos de Pedagogia no Brasil, conta-se com os censos do MEC, as fontes do INEP (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) que organizam números e fazem pesquisas anuais com relação aos dados numéricos no âmbito educacional e também na esfera nacional. Esta pesquisa conta com os números e os dados para validar, comprovar ou contestar os questionamentos apresentados com relação à maioria dos profissionais da educação e às atribuições de gênero.

Quando se iniciou o processo investigativo desta pesquisa, não havia evidências de que a realidade observada seria uma realidade nacional, ou seja, a feminização dos cursos de formação se formulou como hipótese ao se observarem cursos. Na busca dos números, localizaram-se diversas disparidades e quantitativos que evidenciam que o cenário da educação infantil é majoritariamente feminino, buscaram-se fontes no portal do MEC, nos documentos do CENSO da educação do ano de 2020,

Inicia-se o processo investigativo pelo documento do CENSO da Educação Superior, que é onde todo o processo da formação de Professores se inicia. Os números do MEC (2020) apontam “72,8% das matrículas em cursos de licenciatura são do sexo feminino, enquanto 27,2% são do sexo masculino.” Essa estimativa acompanha também os índices de permanência e de evasão dos cursos, considerando-se que: “As mulheres possuem uma taxa de conclusão melhor do que a dos homens: 43% contra 35%. Isso reflete também uma taxa de desistência de seu curso de ingresso menor do que a do sexo masculino.”

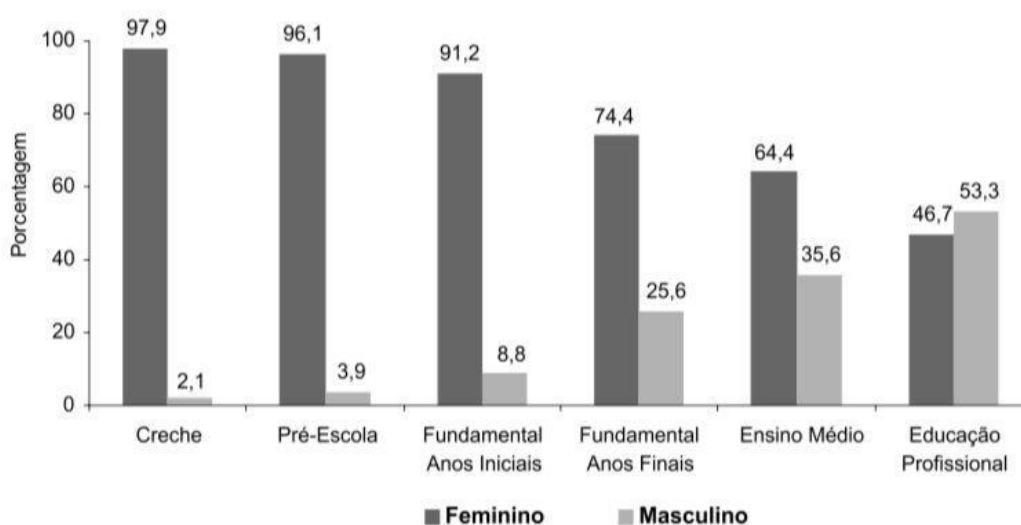
Toma-se por base, também, o documento do MEC de 2009, do Estudo Exploratório do Professor Brasileiro, que trouxe números referentes às quantidades de profissionais na educação básica:

Nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental, o universo docente é predominantemente feminino (98%, 96% e 91%, respectivamente). No entanto, a cada etapa do ensino regular amplia-se a participação dos

homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, 25,6% nos anos finais e chegam a 35,6% no ensino médio. Somente na educação profissional encontra-se situação distinta, pois há uma predominância de professores do sexo masculino.

O mesmo documento ainda traz dados de tabelas que organizam os números reais do quadro de docentes brasileiros diante dos diferentes níveis de escolarização:

**Gráfico 1- Professores das etapas da Educação Básica segundo o sexo- Brasil- 2007**



**Gráfico 1 – Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007**

Fonte: MEC/Inep/Deed

Fonte: MEC/ Inep/ Deed

É possível perceber os números de mulheres em alta nas áreas de educação de creches, pré-escolas, fundamentais, ensinos médios e uma inversão numérica quando a educação é relacionada às áreas de profissionalização.

Demonstra-se que os números estão atrelados aos debates e às problematizações postas anteriormente nesta pesquisa. A inversão de números, no que diz respeito à educação para a profissionalização, tem sua relevância para que a compreensão do papel que o homem ocupa, ou seja, a

pretensão salarial é sempre maior e logo os ocupantes são majoritariamente homens. Já na educação infantil, há toda a questão histórica arraigada, as organizações sociais, a falta de opção salarial e a desvalorização atribuída à profissão docente nas áreas de educação infantil.

## 2.1 QUESTÕES DE GÊNERO

A mulher no contexto social contemporâneo desenvolve diversos papéis dentro do mundo do trabalho e também dentro de casa. Assim, organizam-se em uma vida de divisão do trabalho, cuidados com os filhos, organização das finanças, sendo esses exemplos que retratam um aspecto de atribuição dos significados do que é ser mulher e quais funções estão atreladas ao desenvolver do papel feminino. Costa (2012) descreve, brevemente, as atribuições da participação feminina:

Desta forma, a mulher, no atual modelo econômico, ocupa importante papel ao assumir tarefas no mundo do trabalho precarizado, reforçando a exploração machista e a submissão à ordem imposta. Jornadas duplas e triplas de trabalho demonstram que o trabalho feminino é precarizado não apenas no espaço da fábrica, da empresa ou da escola, mas também em casa, lugar onde a exploração torna-se manutenção de práticas arcaicas em uma sociedade moderna.

As organizações femininas atuais possibilitam o aprofundamento do debate sobre a sobrecarga feminina, delineada pela sociedade patriarcal. Desse modo, Vieira (2005) explica que as mulheres hoje são atulhadas pelo consumismo, viesadas para o consumo em uma posição sempre de consumidoras. No biológico, a mulher e seus corpos são estéreis, precisam de cuidados até que se chegue à maternidade, estando, campo afetivo, a mulher está designada à casa, ou melhor, sua função é ser indolente e resguardar a comodidade masculina.

Há de se mencionar, igualmente, que o homem está incluído nas novas divisões de gênero e também levanta questões de inquietações. A mulher que adentra o mercado de trabalho, consciente do seu próprio papel, divide com o homem as funções do lar e do cuidado com a família. Desse modo, existem sentimentos de ambivalência nos cuidados do homem com as funções de casa

uma vez que esse, incluso em uma sociedade construída culturalmente no discurso de patriarcado e de poder, sente-se às margens de suas origens. Em certos casos, há uma resistência por parte das masculinidades na aceitação das novas atribuições sociais de gênero assim como afirmam Andrade, Praun e Benincasa (2018):

Foi possível compreender que, mesmo não concordando com as novas formas de valores sociais, os participantes dão conta de lidar com as mudanças, porém no exercício da paternidade buscam formas de preservar os valores que um dia adquiriram dos pais em sua educação de base. Esta manutenção apareceu em forma de um desejo por passar aos filhos atividades que antes vivenciaram, como brincadeiras que um dia também fizeram.

Quando se fala sobre lutas feministas relacionadas a gêneros, vem à tona não somente a luta, isto é, há de se olhar para o movimento de resistência do protagonismo da mulher, menciona-se a luta da mulher para sair da marginalização e participar do cenário político, acadêmico, profissional conforme observa Arce:

Froebel e Montessori, em seus trabalhos, transportam e aperfeiçoam a figura da pessoa que atua com crianças menores de seis anos, agregando um atributo a mais ao mito da maternidade e da mãe como educadora nata, o fato de que ela deve conhecer o desenvolvimento infantil, delegando *status* de cientificidade a este trabalho ao se utilizar da psicologia do desenvolvimento. Conseqüentemente, tais autores iniciam o processo de psicologização da formação da profissional/mulher (2002, p.73).

Desde muito tempo, há uma luta quanto à igualdade de gêneros, e uma subordinação do que é feminino e um engrandecimento do que é masculino. Lutas feministas tomam conta dos diversos espaços sociais atuais e contribuem para a emancipação e uma tomada de atitude mais consciente quanto aos direitos legislativos, até mesmo direitos humanos, de mulheres, uma vez que esses movimentos de frentes de resistências femininas são essenciais à compreensão do equiparar das carreiras, direitos, lugares de falas, permanência em espaços políticos e tantos outros que as mulheres devem. Viana et al., al., em um dos artigos apresentados e exposto na coletânea, trazem:

A ideia de um direito relacionado à essência humana não é absolutamente nova. Aparece já na Antiguidade e em teorizações posteriores de jusnaturalismo. A maior parte delas não daria lugar ao reconhecimento de direitos da mulher. Sequer a declaração universal de direitos humanos da ONU (DUDH) pretendia contemplar estes direitos. Apresentava forte restrição de gênero enunciando, por exemplo, que “homens” nascem livres. Foi por atuação de mulheres provenientes de países periféricos que este texto foi alterado. Relativamente à conceituação dos direitos humanos, a concepção que me parece mais contemplativa da realidade é a de direitos humanos como processo. Herrera Flores apresenta uma concepção segundo a qual o conteúdo destes direitos está ligado às condições materiais necessárias à vida, e se trata de um processo de lutas, do qual o reconhecimento jurídico é uma parte e não o ponto de chegada.

Ainda, fala-se muito sobre o debate do uso da palavra Tia no contexto acadêmico. Tal termo está relacionado à figura feminina não como uma profissional, mas sim como uma familiar das crianças atrelado a um chamado carinhoso. Assim, há uma desvalorização epistemológica relacionada historicamente à atribuição da “professora tia” e nos ganhos de direitos, na construção profissional da profissão Professora. Muitos direitos foram incorporados na institucionalização do espaço escolar e conseqüentemente nas leis e direitos referidos aos profissionais da educação. Sobre isso, Arce descreve:

Como é sabido, a educação brasileira, bem como o processo de formação profissional docente, sofreu diversas transformações ao longo dos últimos anos. Os conceitos de criança e infância também foram modificados e a criança passou a ser compreendida como um sujeito de direitos, dentre eles, o de ter acesso a uma educação não assistencialista e nem compensatória, o que refletiu diretamente na mudança no perfil profissional do educador de crianças pequenas.

Faz parte da tomada de consciência do fazer profissional docente observar quais as facetas da desvalorização profissional que há no campo pedagógico, bem como saber que práticas como o aligeiramento de formações, a educação tecnicista de formação de professores e para onde se direciona o trabalho pedagógico para o público infantil se caracterizam como percursos que podem ser determinantes à autonomia profissional, como destaca Souza e Melo:

Dessa forma, compreende-se que a formação pedagógica é uma forte aliada para a superação das práticas assistencialistas no contexto educacional brasileiro, especialmente quando se coloca os professores como sujeitos autônomos e que protagonizam o seu desenvolvimento profissional, tendo como objeto de seu trabalho a criança, que deve desenvolver na educação infantil suas capacidades físicas, emocionais e cognitivas (p. 703).

Nesse sentido, destacam-se as lutas e os entraves que as/os profissionais pedagogas/os enfrentam não somente na formação de professores, mas também nas áreas de atuação e nas atribuições profissionais em que, ainda que se questionem as questões arraigadas na formação superior, na atuação docente, no campo escolar. Assim, a questão sempre volta à tona com a comunidade escolar que possui tradições que, às vezes, não são condizentes ou, ainda, o não incentivo de educação continuada e de um espaço escolar ou de um espaço de educação superior formativo que questiona e problematiza as questões de gênero, a desvalorização salarial, a figura profissional da mulher e as atribuições históricas postas para a profissão. Esses debates tornam possível um passo adiante na possibilidade da igualdade salarial e do prestígio profissional de gêneros com relação às atuações docentes e formativas.

## 2.2 A CARACTERIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE: A PRESENÇA FEMININA E A AUSÊNCIA MASCULINA

Durante os tempos, a questão de gênero foi ganhando forma no contexto científico. Assim, as divisões de gênero causam aflições nos públicos masculinos, porém têm uma relação de ambivalência entre demarcação de poder e afetuosidade, observando-se que as questões de gêneros são inquietações de ambos os gêneros e causam impactos nas vivências tanto de mulheres quanto de homens assim como destacam Berger et al. (2014):

A referência ao sofrimento masculino em relação às questões de gênero foi um contraponto que fomentou e enriqueceu um possível (e desejável) diálogo entre homens e mulheres. Concluiu-se que, de formas e intensidades diferentes, todos sofrem com as desigualdades de gênero. Assim, os poucos

homens participantes se sentiram contemplados em algumas de suas angústias, abrindo-se um espaço para se colocarem enquanto sujeitos de gênero. (p.48)

O educador infantil contemporâneo, muitas vezes, vai se deparar com receios, medos e até preconceitos em seu ambiente de trabalho, de parte dos pais de alunos, funcionários das escolas e de colegas. Essas ações são resquícios de um passado que contempla a ideia de que o masculino era incompatível para o cuidado infantil. Os medos surgem na sociedade por conta de uma visão retrógrada de incompetência de o homem cuidar de uma criança e se estende a prováveis abusos sexuais por parte do educador. O medo da pedofilia se torna presente em relação ao educador do gênero masculino, visto que os cuidados com crianças na educação infantil, por vezes, demandam intimidade. Ferreira e Oliveira (2019) admitem que:

O fator etário desta etapa da educação básica é primordial para o estudo de possíveis preconceitos e estereótipos da atuação do homem na docência, uma vez que nesta idade (até os 5 anos) a criança demanda maiores cuidados íntimos, tais como como banho, troca de fralda, troca de roupa e acompanhamento em banheiro (p. 307).

Os receios de pais e de funcionários quanto a abusos sexuais provindos do educador homem, geralmente são agravados pelas dificuldades que a sociedade brasileira tem em relação aos negros, homossexuais e transexuais. O preconceito, o racismo e a homofobia ainda predominantes no país contribuem para o desenvolvimento de obstáculos para o profissional homem. Silva (2019) pesquisou essa temática, levantando dados, entrevistas e coletando resultados sobre os sentimentos dos profissionais da educação que possuem a orientação LGBTQI+ uma vez que existe uma lógica de questionamento da sexualidade do homem que adentra a educação infantil e lida com as crianças, escolhendo a docência pedagógica como atuação. Assim, o autor descreve:

Com medo da dor, o próprio sujeito tende ainda a se afastar de pessoas que tem apreço e passa formar outros ciclos de amizade, amigos novos e indiferentes à sua sexualidade, que não se importam por serem gay ou lésbica, como revelou um

dos sujeitos quando disse que escolhia pessoas „com quem brincar“ e „de quem me aproximar“. A possibilidade de serem machucados pelas pessoas mais próximas deixa o sujeito com um sentimento permanente de angústia, muitas vezes, levando a adoecimentos como a depressão ou mesmo suicídios como apontam as pesquisas descritas nos relatórios anuais das entidades LGBTQI+. (p.155)

É comum, ainda hoje, haver reações racistas e homofóbicas atribuídas ao trabalho do homem vinculado aos estudos pedagógicos e à atuação docente, principalmente, na área de educação infantil. Existe, também, intolerância de que transexuais, negros, homossexuais adentrem os espaços escolares, sendo esses sempre associados às questões de violências e por isso a pedofilia é facilmente associada a tais grupos. Ramos (2020, p. 138) reconhece que:

As desconfianças, julgamento, comprovação e até se colocar no lugar do outro como pai. Nesse último caso é necessário, segundo um dos profissionais, até superar racismos e homofobias por parte das famílias, nos campos das tensões o melhor caminho é o diálogo e a empatia do que o embate, mesmo porque quem vai dar a devolutiva do trabalho deles são as crianças.

Existe uma insegurança das famílias quanto a abusos físicos e psicológicos, quanto à presença masculina na educação infantil e à negligência quanto aos cuidados necessários à criança já que a violência e a omissão de cuidados para com o menor são ainda atribuídas à figura masculina dentro das diversas esferas sociais. A imagem do pai violento ou omissor é projetada no educador. Cavalcante (2018) admite que:

Na maioria das vezes a família dos alunos tem preconceito pela questão do cuidado, eles não sentem medo da criança receber o conhecimento de um homem e sim de receber os cuidados pessoais de um homem, e essa visão é dada por conta do conceito que a Educação Infantil é apenas um lugar onde a criança está para ser cuidada enquanto seu pai tem outros afazeres e não para aprender de fato, e é muito pelo contrário a criança desde o primeiro dia recebe cuidados e, também conhecimentos. (p.4)

No entanto, existem inquietações por parte do masculino, uma vez que, na realidade dos fatos, o cuidar infantil é uma ação humana, própria da



condição estrutural biológica de ambos os sexos, porém não está desatrelada à questão construtiva social, na qual o homem está exposto a uma condição ambivalente, confrontado, também, sobre a sua própria condição de poder, assim como observam Andrade, Praun e Benincasa:

Uma vez que precisando ressignificar sua posição, os pais por consequência precisarão rever também suas funções, ou seja, de um "regrador" para parceiro, de "provedor" para educador e, em meio a essas alterações, precisam dar conta de aprender com os novos valores oriundos do contexto atual e também presentes no filho podem ser mediadores dessa relação. Tendo em vista que na sociedade atual o processo que os norteia pode ser compreendido como uma "ensinagem", ou seja, ao mesmo tempo em que este pai ensina, também aprende. (2018, p.6)

Famílias que ainda possuem a cultura do patriarcado fortemente enraizada não aceitarão facilmente a imagem de um homem banhando um bebê, trocando suas fraldas, cuidando de suas necessidades, já que essas funções são associadas à figura feminina. Nesse caso, prevalecem conceitos éticos antigos, que estão em choque com uma nova realidade, e que não se vinculam somente ao meio da educação, pois a participação do homem em áreas até então exclusivamente femininas é facilmente mostrada hoje nos meios de comunicação. Cavalcante (2018, p.3) argumenta que:

Sobre a área da docência que é dedicada a infância comentamos sobre as concepções de divisão de gêneros, onde as mulheres são inseridas no conceito da esfera reprodutiva e os homens na esfera produtiva, e no mesmo contexto a Educação Infantil leva a ideia que educar e cuidar é papel da mulher, pois se relaciona a noção de maternidade e cuidado, e isso considera comum a grande maioria de mulheres na profissão de educadoras e, os homens serem desvalorizados e até mesmo sofrer preconceitos no atuação da profissão.

É importante ressaltar que a concepção abstrata da masculinidade soberana recai sobre diversas etapas da vida acadêmica e profissional dos homens professores, sendo estimulada a todo tempo pela comunidade como um todo. Desse modo, conivente com a cultura em que esse homem está incluído. No entanto, serão as boas condutas, tanto na fala quanto na escuta dentro do espaço escolar, a postura ética nas relações estabelecidas, a

conscientização de classe e de modelo estrutural social que serão fatores que contribuirão para que o pedagogo homem ressignifique o papel pedagógico da figura masculina mais emancipado e livre das atribuições carregadas de valores que não condizem mais na atuação com o público infantil.

Mostram-se importantes as problematizações da ausência do gênero masculino e a ampliação do debate nas áreas de atuações, levando em consideração que a escola e o ambiente de formação docente são espaços democráticos que abrangem e devem estar ao alcance de toda a comunidade e, por meio desses, a reflexão pode ser efetivada e os problemas relacionados às divisões do trabalho em gênero e o processo excludente do homem professor de educação infantil mais neutralizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, nesta pesquisa, que os paradigmas históricos ainda se estruturam de modo silencioso nas formações acadêmicas, nos espaços formativos e na educação infantil. Observou-se que os espaços formativos nem sempre, no cenário educacional, foram ocupados por mulheres. Assim, com o processo assistencialista de inserção da mulher no mercado, o magistério vem sendo delineado pelo adentrar da mulher nos cursos de formação de professores.

Os assuntos e as pesquisas científicas relacionadas aos gêneros são pautas relativamente novas, mas muito importantes para compreensão do funcionamento das interações humanas bem como nas estruturas patriarcais que acabam por atuar no controle das vivências e nas relações econômicas das mulheres. Assim, questões salariais, definições de cerceamento dos corpos femininos são pautas marcantes na sociedade. Problematizar e trazer essas ao meio científico são formas de resistência aos modelos impostos.

Foi possível traçar uma relação e pode-se afirmar, respondendo ao problema desta pesquisa, que, segundo as fontes analisadas, os cursos de formação de professores caminharam nas estruturações sociais históricas para uma feminização das atuações, em que se levanta o questionamento das configurações patriarcais e mercadológicas da ausência do masculino na formação de professores, restrita a cursos ou a áreas de atuações bem específicas. Ainda dentro das possibilidades, pôde-se problematizar as questões nas quais a desvalorização e o prestígio profissional não se fazem presentes, principalmente quando o público é infantil.

Há, nos cenários sociais estruturais, as mais diversas organizações familiares e podem-se considerar que as questões sociais sempre são refletidas no espaço escolar, que é onde se vive ainda o preconceito, o medo do homem violento. Nesse contexto, os profissionais da educação infantil convivem diante de diversos conflitos referentes às suas atuações docentes, sendo suas sexualidades questionadas, suas capacidades profissionais, seus caracteres afetuosos, o cuidado e o desenvolvimento educacional e pedagógico

da criança se mostrando às margens do processo do fazer docente masculino, uma vez que tantas outras questões são postas a esses profissionais.

Fez-se possível, conforme a produção deste estudo, problematizar as questões estruturais, históricas, patriarcais, as formações de professores e a ocupação majoritária feminina dos espaços de formação de professores e também nos espaços educativos de educação infantil, compreendendo-se que a feminização dos cursos e a entrada da pedagoga na atuação docente não se consolidou de forma meramente linear e fluida. Pressões políticas, entraves educacionais relacionados somente aos cuidados das crianças, a pobreza e as oportunidades assistencialistas da entrada da mulher como mão de obra barata e pouco qualificada são problematizações possíveis a partir da temática abordada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. J., Praun, L. D. & Benincasa, M. **O cuidado dos filhos sob a responsabilidade paterna: mudanças de paradigma nas relações familiares**. São Paulo: Revista do NESME, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=139457466003>. Acesso em: 02 set. 2022.

ARCE, Alessandra. **Documentação Oficial e o mito da educadora nata na educação infantil**. São Paulo: Cadernos de pesquisa, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico]** – Brasília : Inep, 2021. 70 p. : il..

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BERGER; S. M. D; [et. al]. **Formação de agentes comunitárias de saúde para o enfrentamento da violência de gênero: contribuições da educação popular e da pedagogia feminista**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0322>. Acesso em: 02 set. 2022.

CAVALCANTE, Adriana Vieira; MARQUES Gisela de Moura Bluma. **A presença feminina e a ausência masculina na educação infantil: uma dicotomia cristalizada**. Campo Grande: Anais eletrônicos da III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem, 2018.

FINCO, D.; GOBBI, M. A; FARIA, A. L. G. (org.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. São Paulo: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015.

**Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. - Brasília; Inep, 2009. 63 p.; il

FERREIRA, Murilo Rocha; OLIVEIRA, Ivanilton José de. **A atuação do homem na docência da educação infantil no brasil**. Anápolis: Revista Plurais-Virtual, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/MARCOS%20ANTONIO/Downloads/11420-Texto%20do%20artigo-42449-1-10-20210211%20(4).pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

FINCO, Daniela; GOBBI, Márcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (orgs). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**, 2015.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

- RAMOS, Clemerson Elder Trindade. **Quem tem medo do lobo mau?: inquietações e medos sobre o trabalho do homem na educação infantil.** 2020. 379 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4553/2/Clemerson%20Elder%20Trindade%20Ramos.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2021.
- ROUSSEAU, Jacques, Jean. **Emílio ou da Educação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- SARMENTO, T. **Correr o risco: ser homem numa profissão 'naturalmente' feminina.** Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação, Braga, Portugal, 2002.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil / Dermeval Saviani – 4. ed. – Campinas, SP: Autores associados, 2013 – Coleção memória da educação)**
- SAYÃO, Thomé Débora. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: um estudo a partir de professores na creche.** Tese (Doutorado em Educação) – Núcleo de Pesquisas da Educação de 0 a 6, Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 2007.
- SILVA, Reis Jardimélio. **PROFESSOR GAY E PROFESSORA LÉSBICA: Um estudo sobre homofobia na docência.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, 2020. CIP Biblioteca do CSE/UEPA, Belém-PA.
- SOARES, L. J; SILVA; R. F. **O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL, NA CRECHE MUNICIPAL DE QUIXABEIRA .** CAPIM GROSSO - BA 2021
- STRAIOTTO, Débora Silva. **“... E eu pensei: o que estou fazendo aqui?!” homens egressos do curso de pedagogia: estabelecimento e deslocamento na profissão.** 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.
- VIANA, Ana Cristina Aguilar [et al.]. **Pesquisa, gênero e diversidade: memórias do III Encontro de Pesquisa por/de/sobre Mulheres.** Curitiba: Íthala, 2020.
- VIEIRA, Antunes Josênia. **A identidade da mulher na modernidade.** Artigos - DELTA 21 (spe) – 2005.
- WERLE, Flávia Obino de Corrêa. **Práticas de gestão e feminização do magistério.** Cadernos de Pesquisa, vol. 35, set/dez 2005.